

CONVÊNIO Nº 08/2022

PROCESSO Nº 2022/101915

**TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DO PARÁ, ATRAVÉS
DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
PÚBLICA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE
ORIXIMINÁ, COMO ABAIXO MELHOR SE
DECLARAM.**

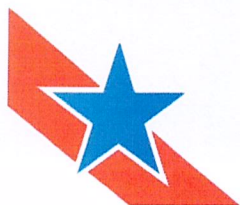
O Estado do Pará, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA-SESPA**, inscrita no CNPJ nº 05.054.929/0001-17, doravante denominada **CONCEDENTE**, situada na Tv. Lomas Valentinas, nº 2190 – Bairro: Marco, Belém/PA, CEP: 66.093-677, neste ato representada pelo seu **SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, RÔMULO RODOVALHO GOMES**, portador da Carteira de Identidade nº 1621605/SSP/DF e CPF nº 825.101.051-91, e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ**, inscrita no CNPJ nº 05.131.081/0001-82, neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL**, Argemiro José Bentes Diniz, portador da Carteira de Identidade nº 4722861 – PC/PA e CPF nº 755-767.912-15, residente na Rua 24 de Dezembro, nº1886, bairro Centro, doravante denominada **CONVENENTE**, resolvem celebrar o presente Convênio, com fulcro na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, no Decreto nº 733/2013, de 13 de maio de 2013 e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, mediante as cláusulas a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto o repasse de valores à Prefeitura Municipal de Oriximiná visando a “**aquisição de um aparelho de tomografia computadorizado**”, conforme especificações previstas no Plano de Trabalho, constante nos autos, parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

O presente Convênio terá vigência de 365 dias, contados a partir da data de sua assinatura, correspondendo ao prazo de execução físico-financeira.



Parágrafo Primeiro - A vigência deste instrumento poderá ser prorrogada ou alterada, por meio de Termo Aditivo, celebrado de comum acordo entre os partícipes, desde que não implique em modificação do objeto aprovado.

Parágrafo Segundo - Quando houver atraso na liberação dos recursos, a vigência será prorrogada "de ofício" pelo Ordenador de Despesa da **CONCEDENTE**, no limite exato do período de atraso verificado.

Parágrafo Terceiro - As prorrogações de vigência de que tratam os parágrafos anteriores aplicar-se-ão apenas em relação ao prazo de execução físico-financeira.

Parágrafo Quarto - Quando necessária à prorrogação da vigência do Convênio original, a solicitação neste sentido deverá ser apresentada com a antecedência mínima de 20 (vinte) dias, antes do término de sua vigência, acompanhada da devida justificativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

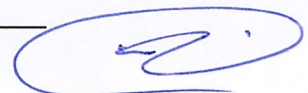
Para execução deste Convênio, serão destinados recursos financeiros no **montante de R\$ 1.100.000,00** (um milhão e cem mil reais), sendo repassado pela **SESPA o valor de R\$ 1.045.000,00** (um milhão e quarenta e cinco mil reais), conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste Instrumento, e previsto na seguinte **dotação orçamentária**: 8289; **elemento de despesa**: 444042; **fonte de recurso**: 0103/0303/0101/0301.

Parágrafo Primeiro – A **CONVENIENTE** participará, a título de contrapartida, com o valor de **R\$ 55.000,00** (cinquenta e cinco mil reais), conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste Instrumento.

Parágrafo segundo - O recurso financeiro destinado à execução deste Convênio deverá ser depositado em conta específica, qual seja: conta corrente 8166471, agência 42, Banpará.

CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

A **CONCEDENTE** transferirá os recursos previstos na cláusula terceira, em favor do **CONVENIENTE**, em conta específica aberta pela **CONVENIENTE**, em instituição financeira oficial e somente poderão ser movimentadas para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, em que fique



identificado o favorecido e consignada sua destinação, vinculada ao presente instrumento, onde serão movimentados na forma da legislação específica.

Parágrafo Primeiro – Os recursos da contrapartida deve também observar o disposto no *caput* da Cláusula Quarta.

Parágrafo Segundo - A liberação dos recursos financeiros do Convênio destinados ao cumprimento do objeto obedecerão ao Plano de Trabalho previamente aprovado, tendo por base o cronograma de desembolso ali previsto, cuja elaboração terá como parâmetro, para a definição das parcelas, o detalhamento da execução física do objeto e a programação financeira dos órgãos e entidades estaduais.

Parágrafo terceiro - Quando a liberação de recursos for estipulada no Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho de forma parcelada:

- a) A Conveniente (Prefeitura Municipal) deverá encaminhar um Ofício para a Concedente (SESPA) solicitando o repasse da próxima parcela; e
- b) A partir da solicitação do repasse da terceira parcela, a Conveniente (Prefeitura Municipal) deverá apresentar, anexo ao Ofício de solicitação, a prestação de contas parcial das parcelas anteriores, conforme dispõe o art.12, do Decreto Estadual nº 733/2013 e Cláusula Oitava deste Convênio.

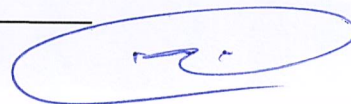
Parágrafo Quarto - É vedada a transferência, por parte da **CONVENIENTE**, dos recursos alocados à conta aberta, na forma descrita no “caput” da cláusula.

Parágrafo Quinto – O pagamento da importância referida far-se-á, após publicação deste Convênio, de acordo com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho Aprovado, que integra este instrumento, observada a sua disponibilidade financeira.

Parágrafo Sexto – A ausência de prestação de contas no prazo estabelecido pela **CONCEDENTE** importará se for o caso, na imediata suspensão das liberações subsequentes.

Parágrafo Sétimo – É obrigatória a restituição pelo **CONVENIENTE** à **CONCEDENTE** de eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos da aplicação financeira, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias após a conclusão ou extinção deste Convênio.

Parágrafo Oitavo – Para se habilitar ao recebimento de recursos de que se trata esta Cláusula, a **CONVENIENTE** declara não estar inadimplente ou em mora com o Serviço Público Estadual.



CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES

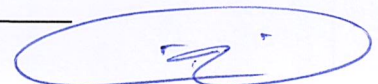
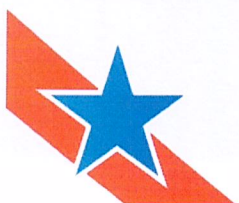
I – Das Obrigações da **CONCEDENTE**:

- 1.1- Monitorar, acompanhar e fiscalizar o Convênio, além de avaliar a execução e os resultados;
- 1.2 - Transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste Convênio na forma do Cronograma de Desembolso devidamente aprovado, observada a sua disponibilidade financeira;
- 1.3 – Celebrar o Convênio, com a correspondente comunicação da assinatura do termo à Assembleia Legislativa e às Câmaras Municipais;
- 1.4– Verificar a realização do procedimento licitatório pelo **CONVENENTE**;
- 1.5– Proceder à execução orçamentária e financeira necessária ao Convênio, providenciando os devidos registros nos Sistemas do Estado;
- 1.6– Acompanhar a execução do objeto conveniado, assim como verificar a regularidade da aplicação das parcelas de recursos anteriores, de acordo com o plano de trabalho, condicionando a continuidade da liberação das posteriores, quando for o caso;
- 1.7- Designar os servidores Sr. Irnando Siqueira da Trindade, matrícula nº 5895988/1 e Sra. Luciene Sousa de Sousa, matrícula nº 73504309Nar/1, ambos com lotação no 9º Centro Regional de Saúde/DOCA, para acompanhar, controlar e fiscalizar a execução do objeto deste Convênio, mediante a elaboração de Relatórios de Acompanhamento de Execução Física do objeto do Convênio e emissão de Laudo Conclusivo nos termos do art. 1º da Resolução nº 13.989/95 do Tribunal de Contas do Estado do Pará – T. C. E;
- 1.8– Analisar e aprovar as Prestações de Contas da aplicação dos recursos da **CONCEDENTE** alocados no Convênio.
- 1.9- Notificar o **CONVENENTE** quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada irregularidade dos recursos públicos transferidos, e instaurar, se for o caso, a competente Tomada de Contas Especial.

II - A **CONVENENTE** compromete-se a:



- 2.1 - A **CONVENIENTE** deverá providenciar conta bancária específica no Banco do Estado do Pará – BANPARÁ, constando obrigatoriamente o número do Termo de Convênio com subtítulo do projeto ora financiado, para a movimentação dos recursos recebidos.
- 2.2 – Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no convênio, observando os prazos e custos, designando profissional habilitado no local da intervenção com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, quando for o caso;
- 2.3 - Executar direta e indiretamente, nos termos da legislação pertinente, os trabalhos necessários à consecução do objeto de que trata este Convênio, observando sempre critérios de qualidade técnica, custos e prazos previstos;
- 2.4 – Fornecer à **CONCEDENTE**, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas, para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo.
- 2.5 - Aplicar os recursos recebidos da **CONCEDENTE** e os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras, exclusivamente na consecução do objeto pactuado.
- 2.6 – Registrar em sua contabilidade analítica os atos e fatos administrativos de gestão dos recursos alocados a este Convênio;
- 2.7 - Prestar contas dos recursos transferidos pela **CONCEDENTE**, destinados à consecução do objeto do convênio;
- 2.8 – Prestar contas dos recursos alocados pela **CONCEDENTE** e dos rendimentos das aplicações financeiras, conforme a Cláusula Oitava deste instrumento, nos termos da legislação vigente;
- 2.9 – Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do Convênio, ficando à disposição do órgão de controle interno, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação da prestação ou tomada de contas, do gestor do órgão **CONCEDENTE**, relativa ao exercício da concessão;
- 2.10 – Apresentar à **CONCEDENTE** relatórios de desempenho da execução deste Convênio, na forma da legislação pertinente e nos períodos estabelecidos;
- 2.11 – Propiciar em local adequado, os meios e condições necessárias para que a **CONCEDENTE** possa exercer o estabelecido no item 1.2;
- 2.12 – Permitir o livre acesso de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinado a **CONCEDENTE**, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos



relacionados direta e indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização e auditoria;

2.13 – Arcar com quaisquer ônus de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou social, acaso decorrentes da execução deste Convênio;

2.14 – Promover as licitações que forem necessárias para a aquisição de materiais ou insumos a serem utilizados na execução do objeto avençado, de acordo com a legislação específica;

2.15 – Restituir o valor transferido pela **CONCEDENTE** acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, a partir da data de seu recebimento, nos seguintes casos:

2.15.1 – Quando não for executado, o objeto da avença, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada;

2.15.2 - Quando não for apresentada, no prazo estabelecido, a prestação de contas, salvo quando decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado; e

2.15.3 - Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida.

2.16 – Aplicar obrigatoriamente no mercado financeiro os recursos recebidos da **CONCEDENTE**, enquanto não forem empregados em sua finalidade, conforme a seguir:

2.16.1 – Em caderneta de poupança de instituição oficial, preferencialmente do Estado do Pará, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; e,

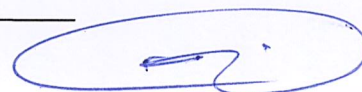
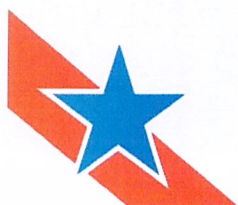
2.16.2 – Em fundo de aplicação de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver revista para prazos menores.

CLÁUSULA SEXTA – DO PLANO DE TRABALHO

A **CONVENENTE**, para o atingimento do objeto avençado, obriga-se a cumprir o Plano de Trabalho Aprovado, especialmente elaborado para este fim, o qual passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

Parágrafo Primeiro - A **CONVENENTE** se compromete a concluir o objeto do presente instrumento, com recursos próprios, caso os recursos transferidos pela **CONCEDENTE** sejam insuficientes.

Parágrafo Segundo - É facultado à **CONCEDENTE**, na qualidade de responsável pelo programa, assumir ou transferir a execução, no caso de paralisação ou de fato relevante



que venha a concorrer, de modo a evitar a descontinuidade de prestação de serviço à saúde.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

As faturas, notas fiscais, recibos e outros documentos de despesas, relativas à execução físico-financeira do objeto avençado, deverão ser emitidos em nome da **CONVENIENTE** ou do **EXECUTOR**, se for o caso, devidamente identificados com o número deste Convênio.

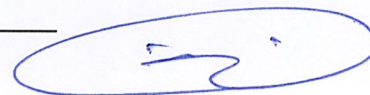
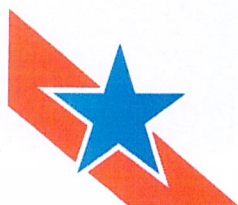
Parágrafo Primeiro - Não poderão ser pagas com recursos do Convênio despesas com:

- a) data anterior ou posterior à vigência da execução físico-financeira do Convênio;
- b) pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista dos Municípios;
- c) pagamento, a qualquer título, de militar ou de servidor público, da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica;
- d) taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive as referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- e) taxa de administração, gerência ou similar; clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres;
- f) finalidade diversa da estabelecida no Convênio, mesmo em caráter emergencial;
- g) despesa em data anterior ou posterior a vigência do convênio;
- h) publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, em que não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Parágrafo Segundo - Deverá ser mantida, obrigatória e permanentemente, em local visível, sob pena de imediata suspensão de liberação dos recursos, placa identificadora nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 37, da Constituição Federal.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E FINAL

Quando a liberação dos recursos ocorrer em 03 (três) ou mais parcelas ou desembolsos financeiros, a terceira ficará condicionada à apresentação de prestação de contas parcial, composta da documentação especificada nas alíneas “d”; “e”; “h” e “k”, se for o caso, no Parágrafo Quinto desta Cláusula, demonstrando o cumprimento da etapa ou



fase referente à primeira parcela ou desembolso financeiro liberado, e assim sucessivamente.

Parágrafo Primeiro - Caso a **CONVENIENTE** tenha apresentado a(s) prestação (ões) de contas parcial (ais), a comprovação final se referirá à parcela ou desembolso financeiro pendente, não sendo necessário juntar a documentação já apresentada.

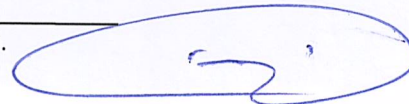
Parágrafo Segundo - Após a aplicação da última parcela ou desembolso financeiro, será apresentada a prestação de contas final relativa ao total dos recursos recebidos, composta das peças enumeradas no Parágrafo Terceiro desta Cláusula.

Parágrafo Terceiro – As despesas serão comprovadas mediante apresentação de cópia autenticada das ordens bancárias e/ou cheques (verso e anverso), documentos fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios serem emitidos em nome do Conveniente, observando-se sempre o prazo máximo estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará para o mesmo fim.

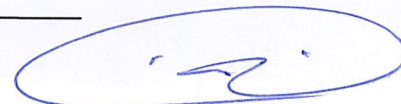
Parágrafo Quarto – A prestação de contas parcial é aquela pertinente a cada uma das parcelas de recursos liberados, devidamente autuada, numerada, assinada pelo responsável do Conveniente e composta da seguinte documentação:

- a) documentos comprovando o ingresso e a respectiva contabilização no caixa da Entidade, tudo devidamente assinado pelo responsável e pelo tesoureiro, se for o caso;
- b) documento comprobatório das despesas e relatório de cumprimento do objeto;
- c) cópia integral dos processos licitatórios ou documentação hábil comprovando as razões em que se baseou o responsável para dispensá-la ou não exigi-la;
- d) cópia da documentação comprobatória dos recolhimentos correspondentes aos valores descontados dos beneficiários dos pagamentos;
- e) conciliação bancária; VI - extrato da conta bancária específica do período do recebimento da 1ª parcela até o último pagamento.

Parágrafo Quinto - A prestação de contas final, relativa ao total dos recursos recebidos, assinada pelos responsáveis, providência que também deverá ser adotada para os documentos que couber, deverá ser apresentada ao órgão **CONCEDENTE** até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do Convênio, ou antes, de seu término, se o objeto já tiver sido executado, sem prejuízo do prazo regulamentado pelo Tribunal de Contas, o qual deverá ser acompanhada das peças constitutivas descritas da seguinte forma:



- a) balancete financeiro;
- b) relação dos documentos de despesa, incluindo notas fiscais, recibos, faturas, boletim de medições e outros, por categoria de programação e por elemento de despesa, devidamente totalizados, ordenados cronologicamente e numerados, mencionando o número de ordem e o tipo de documento de pagamento, relação essa devidamente assinada pelo responsável e pelo contador;
- c) documentos comprovando o ingresso e a respectiva contabilização dos recursos no caixa do Órgão ou Entidade, tudo devidamente assinado pelo responsável e pelo tesoureiro, se for o caso;
- d) documento comprobatório das despesas e relatório de cumprimento do objeto;
- e) cópia integral dos processos licitatórios ou documentação hábil comprovando as razões em que se baseou o responsável para dispensá-la ou não exigi-la;
- f) cópia da documentação comprobatória dos recolhimentos correspondentes aos valores descontados dos beneficiários dos pagamentos;
- g) conciliação bancária, devidamente assinada pelo responsável e pelo contador;
- h) cópia do comprovante da devolução do saldo financeiro remanescente se houver;
- i) relatório de execução físico-financeira;
- j) demonstrativo da execução da receita e despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferências, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro e os saldos, quando for o caso;
- k) relação de bens, quando for o caso;
- l) relação de treinados ou capacitados, quando for o caso;
- m) relação dos serviços prestados, quando for o caso;
- n) extrato(s) da conta bancária específica do convênio, referente(s) ao período do recebimento da 1ª parcela até o último pagamento, apresentando o saldo zero;
- o) cópia do termo de aceitação definitiva da obra, quando o instrumento objetivar a execução de obra ou serviço de engenharia;
- p) termo de compromisso pelo qual o Conveniente se obriga a manter os documentos relacionados ao convênio em arquivo pelo prazo de, no mínimo, 10 (dez) anos após a aprovação da prestação de contas pelo Tribunal de Contas Competente.



CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O Convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.

Parágrafo Primeiro: O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo, em face da superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

Parágrafo Segundo: Constituem motivos para a rescisão do Convênio, a qualquer tempo, independentemente do instrumento de sua formalização:

- a) O inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
- b) A constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;
- c) A verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;
- d) Falta de prestação de contas parcial e final no prazo estabelecido, sem justa causa;
- e) Utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do Convênio.

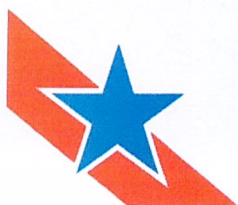
Parágrafo Único - No caso de rescisão do presente instrumento, o beneficiário obriga-se a restituir à **CONCEDENTE**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de rescisão, o saldo financeiro apurado dos recursos por este transferidos para a consecução do objeto avençado, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei, bem como comprovar a sua regular aplicação, enquanto vigente o Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Em caso de inadimplência por parte da **CONVENIENTE**, a **CONCEDENTE** determinará o bloqueio dos recursos transferidos, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis e penais cabíveis, ressalvadas as exceções decorrentes de previsões legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Toda e qualquer alteração ao presente Termo de Convênio, exceto no tocante ao seu Objeto, será processada mediante a assinatura de Termo Aditivo.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

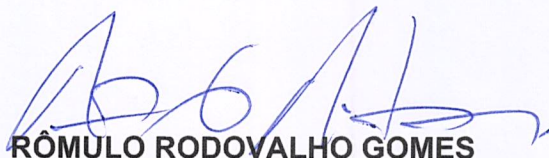
A **CONCEDENTE** providenciará como condição de eficácia, a publicação deste Convênio em extrato no Diário Oficial do Estado do Pará, em até 10 (dez) dias a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Convênio, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Capital.

E, para validade do que pelos partícipes foram avençados, firmou-se este instrumento de 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Belém-PA, 14 de março de 2022.



RÔMULO RODOVALHO GOMES

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA/SESPA

ARGEMIRO JOSE
BENTES
DINIZ:75576791215

Assinado de forma
digital por ARGEMIRO
JOSE BENTES
DINIZ:75576791215

ARGEMIRO JOSÉ BENTES DINIZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF Nº: _____

NOME _____

CPF Nº: _____



TERMO ADITIVO A CONTRATO**1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE EXECUÇÃO****DESCENTRALIZADA Nº 13/2021 - PROCESSO Nº 2021/1353308**

PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA/SESPA e UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPÁ.

DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a alteração do plano de trabalho em relação ao cronograma de repasses conforme tabela abaixo:

ANO	MÊS	VALOR
2021	DEZEMBRO	R\$ 1.210.500,00
2022	JANEIRO	R\$ 1.210.500,00
2022	FEVEREIRO	R\$ 6.655.500,00
2022	MAIO	R\$ 8.874.000,00
2022	SETEMBRO	R\$ 8.874.000,00
		R\$ 26.824.500,00

DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas estabelecidas no Termo de Execução descentralizada nº 13/2021 não alteradas por este Termo Aditivo.

DATA DA ASSINATURA: 16/03/22

Ordenador: ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS- Secretário Adjunto de Gestão Administrativa- Portaria 335 de 03 de julho de 2020- Ordenador de despesa

Protocolo: 772284

CONVÊNIO**CONVÊNIO Nº 07/2022**

Processo: 2022/47779

Objeto: "Aquisição de um Aparelho de Tomografia Computadorizada".

Data de Assinatura: 14/03/2022

Vigência: 14/03/2022 a 14/03/2023

Dotação Orçamentária: 8289; Elemento de Despesa: 444042; Fontes: 0103/0303/0101/0301.

Valor Total: R\$ 1.100.000,00

Valor Concedente: R\$ 1.056.000,00

Valor Contrapartida: R\$ 44.000,00

Conveniente: Prefeitura Municipal de Juruti

Concedente: Secretaria de Estado de Saúde Pública- SESPA

Ordenador: Rômulo Rodovalho Gomes - Secretário de Estado de Saúde Pública

Protocolo: 772234

CONVÊNIO Nº 08/2022

Processo: 2022/101915

Objeto: "Aquisição de um Aparelho de Tomografia Computadorizada".

Data de Assinatura: 14/03/2022

Vigência: 14/03/2022 a 14/03/2023

Dotação Orçamentária: 8289; Elemento de Despesa: 444042; Fontes: 0103/0303/0101/0301.

Valor Total: R\$ 1.100.000,00

Valor Concedente: R\$ 1.045.000,00

Valor Contrapartida: R\$ 55.000,00

Conveniente: Prefeitura Municipal de Oriximiná

Concedente: Secretaria de Estado de Saúde Pública- SESPA

Ordenador: Rômulo Rodovalho Gomes - Secretário de Estado de Saúde Pública

Protocolo: 772241

FÉRIAS**ERRATA DE FÉRIAS**

Retifica-se a Portaria Coletiva nº 269/15.03.2022, publicado no DOE nº. 34.894 DE 16/03/2022, referente a servidora LUCINELMA FLORA DE ABREU MOTA, nº.57190986-1, o PERÍODO DE GOZO DE FERIAS.

Onde se lê: PERÍODO DE GOZO 01.04.2022 a 30.04.2022.

Leia-se: PERÍODO DE GOZO 01.04.2022 a 15.04.2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 16.03.2022.

Kelly de Cassia Peixoto de Oliveira Silveira

Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Protocolo: 772324

TORNAR SEM EFEITO**TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 76.21**

PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA/SESPA E EMPRESA PARÁ SEGURANÇA LTDA.

OBJETO: 1.1. A rescisão unilateral do Contrato nº 76.21 que consiste nos serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada, com fornecimento de todos os profissionais habilitados e equipamentos necessários, a fim de atender as unidades dos Centros Regionais de Saúde do Estado do Pará. 1.2. A vigência do contrato terá efeitos até o dia 19/03/2022.

DA FUNDAMENTAÇÃO: Em razão da conclusão do processo licitatório para contratação de pessoa jurídica especializada para os serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada, a fim de atender as necessidades dos Centros Regionais de saúde do Estado do Pará através do processo 2021/921780 e em razão da CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA- Item

2.1, contrato 76.21, no qual informa que prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 180 (Cento e Oitenta) dias a contar de 01/11/2021 a 29/04/2022, podendo ocorrer a rescisão do ajuste antecipadamente caso o procedimento de licitação de estilo seja concluído e homologado em período inferior.

DATA DA ASSINATURA: 16/03/22

Ordenador: ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS- Secretário Adjunto de Gestão Administrativa- Portaria 335 de 03 de julho de 2020- Ordenador de despesa

Protocolo: 772774

OUTRAS MATÉRIAS**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2022**

Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 036/SESPA/2021, Processo nº 2020/621437, homologado pelo Secretário Adjunto de Gestão Administrativa/SESPA no dia 21/02/2022 e publicado no Diário Oficial do Estado nº 34.875 de 24/02/2022.

OBJETO: Aquisição de Medicamentos do Componente Especializado de Assistência Farmacêutica (CEAF) através de Sistema de Registro de Preços (SRP), para atender aos pacientes da Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará - SESPA.

VALOR TOTAL: R\$ 691.000,00 (Seiscentos e noventa e um mil reais).

VIGÊNCIA: 17/03/2022 a 16/03/2023.

EMPRESA: A J COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALAR LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 32.137.731/0001-70, Inscrição Estadual nº 156251744, estabelecida à Avenida Rômulo Maiorana, nº. 1792 - A, Bairro do Marco, Belém-PA, CEP: 66.093-005, Telefone (91) 3353-8889, E-mail: ajhospitalar@gmail.com.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unit.
4	ATORVASTATINA 10 MG	COMPRIMIDO	25.000	R\$ 0,25
13	HIDROXITURÉIA 500 MG	CÁPSULA	205.000	R\$ 1,45
23	MICOFENOLATO DE MOPETILA 500 MG	COMPRIMIDO	125.000	R\$ 3,10

ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/SESPA

Protocolo: 772416

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2022

Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 036/SESPA/2021, Processo nº 2020/621437, homologado pelo Secretário Adjunto de Gestão Administrativa/SESPA no dia 21/02/2022 e publicado no Diário Oficial do Estado nº 34.875 de 24/02/2022.

OBJETO: Aquisição de Medicamentos do Componente Especializado de Assistência Farmacêutica (CEAF) através de Sistema de Registro de Preços (SRP), para atender aos pacientes da Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará - SESPA.

VALOR TOTAL: R\$ 395.000,00 (Trezentos e noventa e cinco mil reais).

VIGÊNCIA: 17/03/2022 a 16/03/2023.

EMPRESA: PROFARMA SPECIALTY S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.887.838/0007-36, Inscrição Estadual nº 082.851.68-9, com sede Rua José Oswaldo Darwich, nº 239, Quadra 2, Lote 10, Bairro CIVIT I - Serra-ES, CEP: 29.168-025, Tel: (011)3572-3541/5054-9199, E-mail: licitacao@profarmaspecialty.com.br.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unit.
21	MESALAZINA 800 MG	COMPRIMIDO	500.000	R\$ 0,79

ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/SESPA

Protocolo: 772420

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2022

Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 036/SESPA/2021, Processo nº 2020/621437, homologado pelo Secretário Adjunto de Gestão Administrativa/SESPA no dia 21/02/2022 e publicado no Diário Oficial do Estado nº 34.875 de 24/02/2022.

OBJETO: Aquisição de Medicamentos do Componente Especializado de Assistência Farmacêutica (CEAF) através de Sistema de Registro de Preços (SRP), para atender aos pacientes da Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará - SESPA.

VALOR TOTAL: R\$ 3.314.890,00 (Três milhões, trezentos e quatorze mil, oitocentos e noventa reais).

VIGÊNCIA: 17/03/2022 a 16/03/2023.

EMPRESA: CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.847.837/0001-10, Inscrição Estadual nº 10.399.060-7, com sede na Av. Anápolis, S/N, Qd. 29-A, Lt. 06, Bairro Vila Brasília, CEP: 74911-360, Aparecida de Goiânia-GO, Telefone: (62) 3088-9700, E-mail: contato@cientificahospitalar.com.br.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unit.
5	ATORVASTATINA 20 MG	COMPRIMIDO	118.000	R\$ 0,37
9	CLOPIDOGREL 75 MG	COMPRIMIDO	3.000	R\$ 0,41
20	LEUPRORRELINA 3,75 MG INJ	FRASCO/AMPOLA	10.000	R\$ 273,20
24	MICOFENOLATO DE SÓDIO 360 MG	COMPRIMIDO	100.000	R\$ 5,38

ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/SESPA

Protocolo: 772391

PLANO DE TRABALHO
CADASTRO DA PROPONENTE E DA CONCEDENTE – ANEXO I

I – Identificação do Proponente

1 – CNPJ 05.131.081/0001-82	2 – Denominação conforme contido no Cartão do CNPJ PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ		3 – Exercício 2022
4 – Endereço RUA BARÃO DO RIO BRANCO – CENTRO - 2336			
5 – Município ORIXIMINÁ		6 – CEP 68.270-000	7 – UF : PA
8 – DDD	9 – Telefone	10 – Celular	11 – E-mail gabinete.pmo@oriximina.pa.gov.br

II – Identificação do Dirigente do Proponente

12 – Nome Completo ARGEMIRO JOSÉ BENTES DINIZ		13 – Cargo ou Função Prefeito	
14 – Data de Posse 21/10/2021	15 – CPF 755.767.912-15	16 – RG 4722861	17 – Órgão Expedidor/Data PC/PA
18 – Endereço Residencial RUA 24 DE DEZEMBRO 1886 - CENTRO			
19 – Município ORIXIMINÁ		20 – CEP 68.270-000	21 – UF PA
22 – Telefone Residencial/Celular (93) 99154-4178		23 – E-mail gabinete.pmo@oriximina.pa.gov.br	

ARGEMIRO
JOSE BENTES
DINIZ:75576
791215

Assinado de forma digital por ARGEMIRO JOSE BENTES DINIZ:75576791215

III – Identificação da Concedente

24 – Nome Completo ROMULO RODOVALHO GOMES			25 – Cargo ou Função Secretário Estadual
26 – Data de Posse 01/07/2022	27 – CPF 825.101.051-91	28 – RG 1621605	29 – Órgão Expedidor/Data SSP/DF
30 – Endereço Oficial Trav. Lomas Valentinas, 2190 – Bairro: Marco			
31 – Município Belém		32 – CEP 66.095-492	33 – UF PA
34 – Telefone 4006-4200		35 – E-mail gabinete.sec@sespa.pa.gov.br	

IV – Autenticação (Nome e Assinatura)

Data 21/01/2022	Nome do Dirigente ou do Representante Legal ARGEMIRO JOSÉ BENTES DINIZ	Assinatura do Dirigente ou do Representante Legal ARGEMIRO JOSE BENTES DINIZ:75576791215 Assinado de forma digital por ARGEMIRO JOSE BENTES DINIZ:75576791215
--------------------	---	---

PLANO DE TRABALHO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES LEGAIS – ANEXO II

I – Identificação do Proponente:

EU, ARGEMIRO JOSÉ BENTES DINIZ, (CPF) 755.767.912-15, para fins de celebração de convênio no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde Pública, visando à obtenção de recursos, sob as penalidades da lei declara que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ/PA**.

1. Se órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, não está inadimplente com:

- a) () A União (Fazenda nacional) e Fazenda Estadual, inclusive no que concerne às contribuições relativas ao PIS/Pasep, de que trata o art. 239 da Constituição Federal.
- b) () O Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Estado do Pará, Estado ou Município, na forma do Plano de Trabalho, e ainda, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência.

2. Se órgão ou entidade da Administração Pública Federal ou Municipal:

- a) (X) O Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Estado do Pará, na forma do Plano de Trabalho, e ainda, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência, observado o disposto no § 3º do art. 25, da Lei Complementar nº 101/2000.
- b) (X) Instituiu, regulamentou e arrecadou todos os tributos, previstos no art. 156 da Constituição Federal, ressalvado o imposto previsto no art. 156, inciso III, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 3/93, quando comprovada a ausência do fato gerador.
- c) (X) Incluiu os subprojetos ou subatividades contemplados pelas transferências na Lei Orçamentária da esfera de governo a que estiver subordinada a unidade beneficiada ou em créditos adicionais abertos, ou em tramitação no Legislativo local.
- d) (X) Comunicou ao Conselho de Saúde Local sobre a proposta de projeto.

3. Se entidade privada sem fins lucrativos, declara, ainda que:

- a) () Os proprietários, controladores ou diretores, não são membros do Poder Legislativo da União, Estados, DF e Municípios, bem como os respectivos cônjuges ou companheiros, nos termos do § 5º do art. 36 da Lei nº 11.439/06.
- b) () Comunicou ao Conselho de Saúde Local sobre a proposta de projeto.

ARGEMIRO
JOSE BENTES
DINIZ:75576
791215

Assinado de
forma digital por
ARGEMIRO JOSE
BENTES
DINIZ:75576912
15

- c) () A União (Fazenda nacional) e Fazenda Estadual, inclusive no que concerne às contribuições relativas ao PIS/Pasep, de que trata o art. 239 da Constituição Federal.
- d) () O Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Estado do Pará, Estado ou Município, na forma do Plano de Trabalho, e ainda, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência.

II – Autenticação (Nome e Assinatura)

Data	Nome do Dirigente ou do Representante Legal	Assinatura do Dirigente ou do Representante Legal
21/01/2022	ARGEMIRO JOSÉ BENTES DINIZ	ARGEMIRO JOSE BENTES DINIZ:75576791215

Assinado de forma digital
por ARGEMIRO JOSE
BENTES
DINIZ:75576791215

PLANO DE TRABALHO
DESCRIÇÃO DO PROJETO – ANEXO III

1 – Nome do Órgão ou Entidade Conveniente, conforme contido no Cartão do CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

2 – CNPJ 05.131.081/0001-82	3 – Exercício 2021	4 – UF PA	5 – Nº do Processo
6 – DDD (93)	7 – Fone	8 – Celular	9 – E-mail
10 – Nome do Banco Conveniado BANPARA	11 – Nº do Banco Conveniado 037		
12 – Agência 0042	13 – Praça de Pagamento ORIXIMINÁ	14 – UF PA	

15 – Descrição do Objeto

AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

16 – Vigência 2022 /2023

17 – Justificativa da Proposição

O Hospital Municipal de Oriximiná (HMO) é uma Unidade de Saúde de Órgão Público Municipal Credenciado ao Sistema Único de Saúde (SUS) como Hospital Geral, conforme Regulamenta a Lei número 8.080, de 19 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto nº 7.508 de 28 de Junho de 2011, considerando a Portaria número 4.279/GM/MS, de 30 de Setembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde (RAS) no âmbito do SUS, sendo destinado a prestar assistência à saúde na modalidade de internação especialidades médicas, quais sejam: Clínica Pediátrica – 10 leitos, Clínica Cirúrgica – 10 leitos; Clínica Médica – 12 leitos; Clínica Obstétrica – 10 leitos; Clínica Ortopédica – 10 leitos; Covid 19 - 08 leitos.

O Hospital de caráter público conveniado com o SUS, com prestação de serviços totalmente gratuita para os pacientes atendidos, sempre em obediência as normas regidas pelo SUS – Lei número 8.080, de 19 de setembro de 1990, "Lei Orgânica da Saúde", tradução prática do princípio constitucional da saúde como direito de todos e dever do Estado e estabelece, no seu artigo 7º, que "as ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas

Assinado de
forma digital por
ARGEMIRO
JOSE BENTES
DINIZ:75576
791215
ARGEMIRO JOSE
BENTES
DINIZ:755767912
15

no art. 198 da Constituição Federal. Os ambientes instalados no hospital são: A) URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: 1 Sala de consultório; 1 Sala de Estabilização; 4 Sala de atendimento diferenciado c; 1 sala de Gesso; 1 sala de higienização; 1 sala de higienização; 1 sala de pequena Cirurgia; 1 Sala de Repouso/observação- diferenciado. B) AMBULATORIAL: 2 Sala Clínica Básicas; Sala de Odontologia; 1 Sala de emergência (serviços); 1 Sala de Imunização; 1 Sala de Nebulização. C) HOSPITALAR: 2 Sala de Cirurgia; 1 Sala de Cirurgia Ambulatorial; 1 Sala de Recuperação; 1 Sala de Parto Normal; 2 Sala de Pré-Parto.

A manutenção da Unidade de Saúde é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Oriximiná, através de seus órgãos, assim como também a provisão de recursos para a expansão da Unidade e de seus equipamentos e afins, contanto com recursos de Emenda parlamentar estadual e Federal, assim como a manutenção dos programas com recursos de incentivo Federal.

O HMO por ser **portas abertas** atende pacientes de todos os municípios adjacentes os quais são Óbidos, Faro, Terra Santa, e os do próprio município. Em 2019 totalizaram 71.039 (setenta e um mil e trinta e nove) atendimentos, em 2020 foi contabilizado cerca de 68.417 (sessenta e oito mil e quatrocentos e dezessete) e em 2021 aumentou para 83.417 (oitenta e três Mil e quatrocentos e dezessete) atendimentos.

A Tomografia Computadorizada (ATC) é um exame de diagnóstico por imagem com alto poder tecnológico, utilizado para captar com detalhes diversas regiões do corpo humano como órgãos, ossos ou tecidos. A TC, como também é chamada, combina Raio-X com computadores adaptados. É um procedimento não invasivo e que dura em média 20 minutos. Permite avaliar tecidos sem sobreposição dos mesmos na imagem (ao contrário da radiografia comum). Boa distinção entre tecidos, A TC fornece melhor diagnóstico nas análises como: Tumores; Ruptura de órgãos; Fraturas, Abscessos; Obstruções circulatórias. Resultados precisos para tecidos moles que as simples radiografias não darão o diagnóstico com precisão.

A aquisição do TOMOGRAFO se faz necessário devido ao crescimento da demanda pelo serviço nos últimos anos devido a decorrência da Covid 19 que deixa no corpo humano sequelas gravíssimas além de outros agravos que acometem ao paciente. Oriximiná tem aproximadamente 244 (duzentas e quarenta e quatro) tomografias reprimidas, e com a aquisição do equipamento conseguirá realizar exames de Pneumonia; Embolia Pulmonar, Asma; Tuberculose, Tumores Benignos e malignos, Aneurisma, Hipertensão Pulmonar; Tumores mediastinais, o equipamento diminuirá o fluxo das demandas do atendimento ambulatoriais e hospitalar no município, garantindo acessibilidade, segurança e qualidade no diagnóstico à população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS, durante os procedimentos específicos utilizando o **APARELHO DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA**.

O Hospital possui uma sala que já está sendo adequada, pelos os engenheiros dos municípios, dentro da norma RDC-50 para a recepção do aparelho; será contratado o serviço de assistência técnica corretiva e preventiva para o equipamento pleiteado, dentro das normas (RDC-330, RDC 509).

18 – Objetivos/Resultados

- Melhoria na qualidade do atendido; qualidade, rapidez no diagnóstico e redução nos índices de casos de doenças registrados no município aos usuários do SUS.
- Tomógrafo adquirido, instalado e em funcionamento.

19 – Responsável pelo Projeto:

Alessandro Nogueira - (93) 99151-0104

20 – População do Município, segundo o último censo do IBGE (www.ibge.gov.br)

População 62.794 habitantes **(IBGE 2010)**

Data	Nome do Dirigente ou do Representante Legal	Assinatura do Dirigente ou do Representante Legal
21/01/2022	ARGEMIRO JOSÉ BENTES DINIZ	ARGEMIRO JOSE BENTES DINIZ:75576791215 Assinado de forma digital por ARGEMIRO JOSE BENTES DINIZ:75576791215

**PLANO DE TRABALHO
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE APLICAÇÃO – ANEXO IV**

I – Identificação do Proponente

1 – Nome do Órgão ou Entidade Proponente, conforme contido no Cartão do CNPJ	2 – Objeto
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ	AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

II – Cronograma de Execução

3 – Meta	4 – Etapa/Fase	5 – Especificação	6 – Indicador Físico			7 – Previsão de Execução	
			Unidade de Medida/ano	Qtde/ano	Início	Término	
01	01	AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA	UN	01	03/2022	03/2023	

III – Plano de Aplicação

8 – Natureza da Despesa	9 – Especificação	10 – Concedente	11 – Proponente	12 – Subtotal Por Natureza de Gasto (Em R\$ 1,00)

ARGEMIRO Assinado de forma digital por JOSE BENTES ARGEMIRO JOSE DINIZ:755767 BENTES 91215 DINIZ:75576791215



PREFEITURA DE
ORIXIMINÁ
UNIÃO E TRABALHO



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
CNPJ /MF N.º 05.131.081/0001-82.



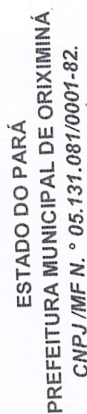
CAPITAL		R\$ 1.045.000,00	R\$ 55.000,00
Subtotal desta Categoria Econômica			
13 – TOTAIS dos valores das despesas correntes e de capital referentes à concedente e ao proponente		R\$ 1.045.000,00	R\$ 55.000,00
			R\$ 1.100.000,00

IV – Contrapartida de Bens e Serviços Mensuráveis

14 - Total de Bens e Serviços Mensuráveis:	15 – Descrição dos Bens e Serviços Mensuráveis

V – Autenticação (Nome e Assinatura)

Data	Nome do Dirigente ou do Representante Legal	Assinatura do Dirigente ou do Representante Legal
21/01/2022	ARGEMIRO JOSÉ BENTES DINIZ	ARGEMIRO JOSE BENTES Assinado de forma digital por ARGEMIRO BENTES DINIZ:7557679121 JOSE BENTES 5 DINIZ:75576791215



PLANO DE TRABALHO
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – ANEXO V – PARTE I

CRONOGRAMA DE DESPESAS	
1 - Nome do Órgão ou Entidade Proponente, conforme contido no Cartão do CNPJ	2- Objeto
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ	AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

5 - Mês							
3- Ano	4- Meta	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
				R\$ 1.045.000,00			
		JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
		6- Total Acumulado de Recursos da Concedente (Em R\$ 1,00)					1.045.000,00

ARGEMIRO
JOSE BENTES
DINIZ:755767
91215

End: Rua Barão do Rio Branco, 2336, Bairro Centro – Fone: (93) 3544-2914 - CEP: 68.270-000

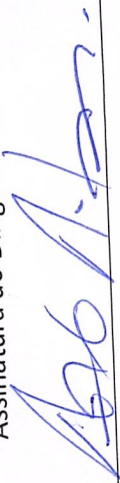


PREFEITURA DE
ORIXIMINÁ

UNIÃO E TRABALHO



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
CNPJ /MF N.º 05.131.081/0001-82.

7 – Autenticação do Proponente (Nome e Assinatura)		8 – Aprovação da Concedente
Data 21/01/2022	Nome do Dirigente ou do Representante Legal ARGEMIRO JOSÉ BENTES DINIZ	Nome da Concedente ROMULO RODOVALHO GOMES
	Assinatura do Dirigente ou do Representante Legal Assinado de forma digital ARGEMIRO JOSE BENTES DINIZ:75576791215	Assinatura do Dirigente da Concedente 

Assinado de
forma digital por
ARGEMIRO
JOSE BENTES ARGEMIRO JOSE
DINIZ:75576 BENTES
791215 DINIZ:75576791
215



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE OXIRIMINÁ
CNPJ/MFN.º 05.131.081/0001-82.



ORIXIMINÁ
PREFEITURA DE
UNIÃO E TRABALHO



PLANO DE TRABALHO
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – ANEXO V – PARTE II

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – ANEXO V – PARTE II							
1 - Nome do Órgão ou Entidade Proponente, conforme contido no Cartão do CNPJ PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ	2- Objeto AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADO						
5 – Mês							
3- Ano	4- Meta	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
				R\$ 55.000,00			
		JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
6- Total Acumulado de Recursos do Proponente (Em R\$ 1,00)							R\$ 55.000,00

Assinado de
forma digital por
ARGEMIRO
JOSE BENTES
DINIZ:755767912
791215
BENTES
DINIZ:755767912
15

End: Rua Barão do Rio Branco, 2336, Bairro Centro – Fone: (93) 3544-2914 - CEP: 68.270-000



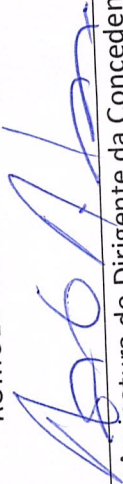
PREFEITURA DE
ORIXIMINÁ
UNIÃO E TRABALHO



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
CNPJ /MF N.º 05.131.081/0001-82.



7 - Total Geral dos Recursos (Em R\$ 1,00)	R\$ 1.100.000,00
--	---------------------

8 – Autenticação do Proponente		9 – Aprovação da Concedente
Data 21/01/2022	Nome do Dirigente ou do Representante Legal ARGEMIRO JOSÉ BENTES DINIZ	Nome da Concedente ROMULO RODOVALHO GOMES
	Assinatura do Dirigente ou do Representante Legal ARGEMIRO JOSE BENTES DINIZ:75576791215	Assinatura do Dirigente da Concedente 

PLANO DE TRABALHO
INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE ASSISTIDA – ANEXO VI

1 – Nome do Órgão ou Entidade Conveniente, conforme contido no Cartão do CNPJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

2 – Nome e Endereço da Unidade Assistida.	3 – Nº de Leitos do EAS		
	Existentes	Ativados	SUS
HOSPITAL MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ RUA: Barão do Rio Branco; nº 3288; Bairro: Stª. Terezinha Oriximiná/PA; CEP: 68.270-000	60	60	42
2.1 – Número do Registro no Cnes			
2331969			

4 – Área de Abrangência

Item	4.1 – Municípios (Nome)	4.2 – Nº Pessoas Atendidas	4.3 – Nº Leitos do Município	
			Existentes	SUS
01	ORIXIMINÁ	HMO portadas abertas.	60	42
02	ÓBIDOS	Em 2019 totalizaram 71.039 (setenta e um mil e trinta e nove) atendimentos, em 2020 foi contabilizado cerca de 68.417 (sessenta e oito mil e quatrocentos e dezessete) e em 2021 aumentou para 83.417 (oitenta e três Mil e quatrocentos e dezessete) atendimentos.		
03	FARO			
04	TERRA SANTA			

5 – Identificação dos Especialistas

Tipo de Profissional	Quantidade	Carga Horária	
		Semanal	Mensal

ARGEMIRO
JOSE BENTES
DINIZ:7557679
1215

Assinado de forma digital por ARGEMIRO JOSE BENTES
DINIZ:75576791215

CLINICO GERAL	12		30/20hs
MEDICO CIRURGIÃO GERAL	13		10/20/30/40hs
ANESTESIOLOGISTA	4		10/05hs
PEDIATRA	1		25hs
OFTALMOLOGISTA	1		20hs
NUTRICIONOLOGISTA	2		40hs
FISIOTERAPEUTA GERAL	9		8/20/30/40hs
GENICOLOGISTA	1		5hs
BIOMÉDICO	2		30hs
ORTOPEDISTA	1		40H
RADIOLOGISTA	1		5hs
FONOAUDIÓLOGO	2		20/40hs

6 – Avaliação da Situação Atual dos Serviços de Saúde

() Precária () Deficiente (X) Razoável () Satisfatória

6.1 – Observações:

7 – Ações/Atividades Previstas

Exame de diagnóstico por imagem com alto poder tecnológico computadorizado.

8 – Prioridades nas Instâncias Estadual e Municipal

9 – Autenticação (Nome e Assinatura)

Data	Nome do Dirigente ou do Representante Legal	Assinatura do Dirigente ou do Representante Legal
21/01/2022	ARGEMIRO JOSÉ BENTES DINIZ	ARGEMIRO JOSE BENTES DINIZ:75576791215 Assinado de forma digital por ARGEMIRO JOSE BENTES DINIZ:75576791215

PLANO DE TRABALHO
INFORMAÇÕES PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAL PERMANENTE, UNIDADE
MÓVEL DE SAÚDE

ANEXO VII

1 – Nome do Órgão ou Entidade Proponente, conforme o Cartão do CNPJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

2 – Nome e Endereço da Unidade Assistida

Hospital Municipal Oriximiná -HMO
End.: Rua Barão do Rio Branco nº 3288;
Bairro: Stª. Terezinha; CEP.: 68.270-000
Oriximiná/PA.

3 – Ambiente (Especificar)

3.1 – (X) Existe

() Não Existe

3.2 – () Adequado

(x) Inadequado

3.3 – () Em construção

Data prevista para conclusão da obra : dd/mm/aaaa

3.4 – () Em projeto

Data prevista para conclusão da Obra :
dd/mm/aaaa

3.5 – O ambiente é objeto de outro convênio
vigente?

() Sim – nº do convênio: _____ () Não

4 – Relação dos Equipamentos e Material Permanente, por Ambiente, Unidade Móvel de Saúde.

Item	Nome e Especificação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	APARELHO DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA	01	R\$ 1.100.000,00	R\$ 1.100.000,00
TOTAL				R\$ 1.100.000,00

ARGEMIRO
JOSE BENTES
DINIZ:75576
270-000

Assinado de
forma digital por
ARGEMIRO JOSE
BENTES
DINIZ:755767912
15

5 – Subtotal (por Ambiente, se despesa de capital) / Total

6 – Manutenção Preventiva e Corretiva dos Equipamentos a serem adquiridos; pessoal capacitado; área física.

Será contratado serviços especializados para Manutenção e prevenção do Aparelho. Observando RDC - 330; RDC - 509.

7 – Ambiente Inexistente ou Inadequado - Informar a solução definida para viabilizar a instalação e o funcionamento do (s) equipamento (s) a ser (em) adquirido (s).

O setor de Engenharia Municipal já está adequando a sala para o recebimento do equipamento. Observando RDC-50.

8 – Autenticação (Nome e Assinatura)

Data	Nome do Dirigente ou do Representante Legal	Assinatura do Dirigente ou do Representante Legal
21/01/2022	ARGEMIRO JOSÉ BENTES DINIZ	ARGEMIRO JOSE BENTES DINIZ:75576791215

Assinado de forma digital por ARGEMIRO JOSE BENTES
DINIZ:75576791215